

# A recepção (*receptio*) da Reforma na Igreja católica.\*

Benedito Ferraro\*\*

\*Este artigo é parte do número coletivo para revistas latino-americanas de teologia, animado pela Comissão Teológica Latino-americana da ASETT/EATWOT para 2017.

## Resumo:

Na História da Igreja houve muitas divergências, conflitos, contradições e, ao mesmo tempo, busca de unidade. A Reforma, conjunção de muitas causas econômicas, políticas e culturais, foi um dos momentos históricos de conflito que, durante cinco séculos, causou muitas contradições no interior do Cristianismo. O Movimento Ecumênico, iniciado nos séculos XVIII e XIX entre os protestantes, ganhou espaço na Conferência Internacional de Missões, em 1910, em Edimburgo, Escócia e novo impulso a partir do Concílio Vaticano II, abrindo caminho para uma maior comunhão entre as Igrejas Católica e Luterana, na celebração dos 500 anos da Reforma iniciada por Martinho Lutero. Neste momento histórico, busca-se uma maior colaboração entre as Igrejas Cristãs para se chegar ao desejo de Jesus, expresso no Evangelho de João: *Que todos sejam um* (Jo 17,21), contribuindo para que *todos e todas tenham vida e vida em abundância* (Jo 10,10).

**Palavras-chave:** Concílio Vaticano II. Ecumenismo. Reforma. Diálogo. Comunhão.

## Abstract

In the history of the Church there were many divergences, conflicts, contradictions and at the same time, the search for unity. The Reformation, the conjunction of many economic, political, and cultural causes was one of the historical moments of conflict that, for five centuries, caused many contradictions

\*\*Benedito Ferraro é doutor em teologia, professor de Teologia na PUC Campinas e Assessor da Pastoral Operária de Campinas.

within Christianity. The Ecumenical Movement, begun in the eighteenth and nineteenth centuries among Protestants, was given space at the International Conference of Missions in 1910 in Edinburgh (Scotland) and a new impetus from the Second Vatican Council, opening the way for greater communion between the Catholic and Lutheran Church in the celebration of the 500th anniversary of the Reformation initiated by Martin Luther. In this historical moment a greater collaboration among the Christian Churches is sought to reach the desire of Jesus, expressed in the Gospel of John: *that they may all be one* (Jn 17:21), contributing so *that all should have life and have life in abundance* (Jn 10:10).

**Keywords:** Second Vatican Council. Ecumenical Movement. Reformation. Dialogue. Communion.

Há, na história da Igreja, uma contínua busca da unidade através do diálogo, para poder chegar ao desejo expresso por Jesus em Jo 10,16: *Um só rebanho, um só pastor!* O Credo niceno-constantinopolitano (381) traduz tal desejo na fórmula: *Cremos na Igreja una, santa, católica e apostólica*. Mas uma observação sociológica superficial e um mínimo conhecimento da história da Igreja constatam outra realidade: não existe esta unidade entre as Igrejas cristãs como desejaríamos.<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Cf. J. de SANTA ANA, *Ecumenismo e libertação*. Reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus. Petrópolis: Vozes, 1987, pp 69-70.

## **1. Divergências, conflitos, contradições e rupturas na história da Igreja.**

Na história da *Igreja una, santa católica e apostólica*, encontramos divergências, conflitos, contradições e rupturas que marcaram e ainda marcam a caminhada dos cristãos e cristãs, rumo ao desejo expresso por Jesus em Jo 17,20-21: *Não rogo somente por eles, mas pelos que, por meio de sua palavra, crerão em mim: a fim de que todos sejam um. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste.*

### **1.1.Rupturas históricas na comunhão das Igrejas no Oriente.**

Com as controvérsias cristológicas nos séculos IV e V, surgem as primeiras cisões estáveis com o Arianismo, a partir do Concílio de Nicéia (325 d.C.), onde notamos uma aproximação entre Igreja e Estado, e o Nestorianismo, a partir do Concílio de Éfeso (431 d.C.), onde se nota a intervenção

do poder político para dirimir os conflitos, nem sempre com resultados convincentes, pois as rupturas persistem no decorrer da história. A presença de novas tensões se encontra na condenação do monofisismo, em relação à afirmação de que a natureza humana de Jesus teria sido absorvida pela natureza divina, o que entrava em conflito com a afirmação do Concílio de Calcedônia (451 d.C.). Entre 483 e 518, há uma separação entre Roma e Constantinopla, tendo como base, de um lado, o conflito entre o romanismo e o helenismo, e de outro, a tensão entre o império franco e o império Bizantino. Nova crise acontece com a condenação de Fócio<sup>2</sup> que se posicionava contra a pretensão romana de jurisdição, no IV Concílio de Constantinopla (869-870). Em 1054, acontece a separação entre Roma e Constantinopla devido a tensões políticas e teológicas que só foram sanadas pela declaração conjunta com o fim das sentenças de excomunhão acordada entre Paulo VI e o Patriarca Atenágoras, em 1965, onde ambos decidiram *lamentar e tirar da memória e do meio da Igreja as sentenças de excomunhão que se seguiram aos acontecimentos de 1054, e cuja lembrança atua, até os nossos dias, como um obstáculo à aproximação da caridade, assim como consagrá-las ao esquecimento*.<sup>3</sup>

## 1.2. Rupturas históricas na comunhão das Igrejas no Ocidente.

### a) *Necessidade de reforma.*

Em todo o século XII e grande parte do XIV, nota-se a procura de uma Igreja mais pobre e autêntica, dentro e fora da comunhão católica:

Toda uma série de movimentos animados de espírito de pobreza bastante similar mistura-se com a rejeição da instituição eclesiástica e em conflito aberto com suas autoridades. Como é lógico, têm caráter de contestação da estrutura feudal. *Fratecelli*, apostólicos, joaquimitas, petrobrusianos, luciferinos, irmãos do livre espírito são apenas algumas das denominações desses movimentos que, embora tenham representado importante etapa na história, desapareceram na sua especificidade.<sup>4</sup>

Toda esta ebulição nos séculos anteriores convergiu para o processo da Reforma que, de um lado, indicou uma divisão já existente, embora ainda sem uma ruptura no interno da

<sup>2</sup>Cf. H. DENZINGER, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral da Igreja católica*. São Paulo, Paulinas /Loyola, 2006, n. 661-662.

<sup>3</sup>[http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/diálogo\\_ecumenico/declaracao-conjunta-paulo-vi-e-athenagoras.html](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/diálogo_ecumenico/declaracao-conjunta-paulo-vi-e-athenagoras.html) Acesso em 19/08/2016.

<sup>4</sup>COMISSÃO DE ECUMENISMO E DIÁLOGO RELIGIOSO DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Caminhos para a unidade cristã: Pastoral de Ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 23.

Igreja e, por outro, exigiu de toda a Igreja Ocidental e mesmo as Igrejas Orientais a se colocarem frente aos princípios evangélicos que Francisco de Assis, Pedro Valdo, João Huss e Wicleff e, mais adiante Lutero, pregavam e apontavam como valores fundamentais para a vivência cristã.

### **a) Uma conjunção de causas da Reforma.**

O processo de reforma aponta para muitas causas. *Causas econômicas e sociais* que refletem uma burguesia comercial em plena expansão no século XVI e que não aceitava mais as críticas relacionadas com o novo modo de produção, onde o lucro e os juros, próprios do capitalismo emergente, estavam sendo condenados pela hierarquia da Igreja. Por parte da Igreja, havia a arrecadação de dinheiro para a construção da basílica de São Pedro, utilizando-se da venda das indulgências com os papas Júlio II (1506) e Leão X (1514), que acabaram sendo um dos pontos da crítica dos reformadores. *Causas políticas que indicavam o conflito entre os reis e o papa, além de causas culturais*, provenientes de uma nova visão de mundo, fruto do movimento renascentista e do pensamento não mais pautado pela fé, mas pela ciência e pelo exercício da razão autônoma. Havia também *causas religiosas* devido à existência de um corpo eclesial em estado lamentável, sobretudo com sacerdotes despreparados do ponto de vista teológico e também litúrgico.

### **b) A reforma de Martinho Lutero.**

É neste contexto que se compreende, de acordo com a tradição, o gesto inicial de Martinho Lutero de afixar as 95 teses, em 31 de outubro de 1517, na Catedral de Wittenberg, data que sinaliza o início da Reforma<sup>5</sup>. Lutero não desejava a divisão, mas a renovação da Igreja. Não pretendia construir outra Igreja, mas reforma-la:

Por amor à verdade e no empenho de elucidá-la, discutir-se-á o seguinte em Wittenberg, sob a presidência do reverendo padre Martinho Lutero, mestre de Artes e de Santa Teologia e professor catedrático desta última, naquela localidade. Por esta razão, ele solicita que os que não puderem estar presentes e debater conosco oralmente o façam por escrito, mesmo que ausentes. Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.<sup>6</sup>

<sup>5</sup>O termo Reforma veio a ser usado para designar o complexo de eventos históricos que, no sentido mais restrito, abrangem os anos de 1517 a 1555, portanto, do tempo em que Martinho Lutero publicou as 95 Teses até a Paz de Augsburg. A controvérsia teológica e eclesial que Lutero desencadeou acabou envolvendo questões políticas, econômicas e culturais devido à situação do tempo. O que é designado pelo termo Reforma, portanto, vai muito além do que o próprio Lutero pensava e pretendia RELATÓRIO DA COMISSÃO LUTERANA-CATÓLICO-ROMANA PARA A UNIDADE. Do conflito à comunhão: Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017, n. 39.

<sup>6</sup>[http://www.luteranos.com.br/lutero/95\\_teses.html](http://www.luteranos.com.br/lutero/95_teses.html). Acesso 18/08/2016.

### c) *Reação contra Lutero.*

As 95 Teses de Lutero se espalharam rapidamente pela Alemanha e causaram, muito rapidamente, a reação por parte de Roma: *O Cardeal Cajetano recebeu o mandato de interrogar Lutero. O mandato papal dizia que ou Lutero se retrataria, ou caso se recusasse, o Cardeal teria o poder de expulsá-lo imediatamente ou prendê-lo e lavá-lo a Roma.*<sup>7</sup> Mesmo tendo estudado os escritos de Lutero, não houve compreensão por parte do Cardeal Cajetano dos conceitos utilizados por Lutero e o próprio Lutero não teve possibilidade de compreender a posição do Cardeal. Toda esta tramitação já acontecia no ano de 1518 e, em 15 de junho de 1520, o Papa Leão X publicou a bula *Exsurge Domine*,<sup>8</sup> condenando 41 proposições de Lutero: *Todos e cada um dos artigos ou erros acima elencados, Nós os condenamos, afastamos e de todo rejeitamos, respectivamente como heréticos, escandalosos, falsos, ofensivos para os ouvidos piedosos ou como enganando as mentes dos simples e contrários à fé católica.*<sup>9</sup>

A publicação da bula *Exsurge Domine* em alemão ocasionou uma reação também por parte de Lutero e daqueles que o apoiavam:

Eck e Aleander, que publicaram *Exsurge Domine* em alemão, solicitaram que as obras de Lutero fossem queimadas. Em resposta, no dia 10 de dezembro de 1520, alguns teólogos de Wittenberg queimaram alguns livros equivalentes ao que posteriormente seria conhecido como Direito Canônico, junto com alguns livros de oponentes de Lutero. E Lutero atirou a bula papal no fogo. Estava, portanto, claro que Lutero não estava disposto a se retratar. No dia 3 de janeiro de 1521 veio a excomunhão pela bula *Decet Romanum Pontificem*.<sup>10</sup>

Com tomadas de posições muito rápidas, vemos que as primeiras reações às propostas de Lutero não foram nada amistosas. De ambas as partes, observamos que não houve possibilidade de acordos e o conflito foi se tornando cada vez mais tenso. Esta visão negativa persistiu durante muito tempo nas comemorações da Reforma, quer por parte dos luteranos, quer por parte dos católicos:

Os pontos de vista opostos de grupos confessionais diferentes eram especialmente visíveis nesses eventos. Para os luteranos, esses centenários e dias comemorativos representavam ocasiões para mais uma vez contarem a história da forma característica

<sup>7</sup>PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS e FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, *Do Conflito à Comunhão*. Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017. Relatório da Comissão Luterana – Católico-Romana para a Unidade. Brasília / São Leopoldo: Edições CNBB / Editora Sino-dal. 2015, n. 45.

<sup>8</sup>H. DENZINGER, op. cit., n. 1451-1492.

<sup>9</sup>Idem, n. 1492.

<sup>10</sup>PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS e FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, *Do conflito à comunhão*, op. cit., n. 51.

– *evangélica* – da sua igreja para justificarem sua existência distintiva. Naturalmente, essas comemorações estavam ligadas à crítica da Igreja Católica Romana. Por outro lado, os católicos usavam tais eventos comemorativos como oportunidade para acusar os luteranos de uma divisão injustificável da verdadeira Igreja e a rejeição do Evangelho de Cristo.<sup>11</sup>

<sup>11</sup>Idem, n. 5.

Muito recentemente se reviu tal posicionamento:

Meticulosa e detalhada pesquisa histórica demonstrou que a literatura católica sobre Lutero durante os quatro séculos anteriores ao longo da Modernidade foi significativamente influenciada pelos comentários de Johannes Cochleus, um oponente contemporâneo de Lutero e conselheiro do Duque Jorge, da Saxônia. Cochleus caracterizou Lutero como um monge apóstata, um destruidor do cristianismo, um corruptor da moral e um herético.<sup>12</sup>

<sup>12</sup>Idem, n. 22.

#### **a) Dieta de Worms – 08 de maio de 1521.**

Pessoa excomungada, Lutero teria que ser colocado sob a condenação imperial. Mas isto não aconteceu e Lutero foi chamado a Worms, esperando-se dele uma retratação. Frente à pergunta do oficial do arcebispo de Tréveres sobre se revogaria seus erros, Lutero responde em latim:

Como Vossa Majestade e Vossas Altezas exigem de mim uma resposta simples, quero dar uma tal sem chifres e dentes. Caso não for convencido por testemunhos da Escritura e por motivos racionais evidentes — pois não creio nem no Papa nem nos Concílios, pois é evidente que erraram muitas vezes e se contradisseram —, estou convencido, pelas passagens da Sagrada Escritura que mencionei, e minha consciência está presa à Palavra de Deus e não posso nem quero revogar qualquer coisa, pois não é sem perigo nem salutar agir contra a consciência. De outra maneira não posso, aqui estou, que Deus me ajude, amém.<sup>13</sup>

<sup>13</sup><http://www.luteranos.com.br/textos/lutero-e-a-dieta-de-worms-de-1521>, Acesso - 23/08/2016.

O Imperador Carlos V também não admite retroceder e considera Lutero herege, assinando o Edito de Worms, em 08 de maio de 1521:

Por isso estou decidido a ater-me a tudo o que aconteceu desde o Concílio de Constança. Pois é certo que um único irmão erra, quando se opõe à opinião de toda a

cristandade, pois do contrário a cristandade teria laborado em erro, mil anos ou mais. Por isso estou decidido a mobilizar meus reinos e domínios, amigos, corpo e sangue, vida e alma. Pois seria uma vergonha para nós e para Vós, membros da nobre nação alemã, caso em nosso tempo, em virtude de nossa negligência, mesmo que aparentemente, se instalasse heresia e dano para a religião cristã nos corações dos seres humanos. Depois de havermos ouvido aqui ontem o discurso de Lutero, eu vos digo que lamento haver vacilado por tanto tempo em agir contra ele. Jamais voltarei a ouvi-lo; que ele tenha sua escolta; doravante, na entanto, considerá-lo-ei herege notório e espero que Vós como bons cristãos também façais o que vos compete.<sup>14</sup>

<sup>14</sup><http://www.luteranos.com.br/textos/lutero-e-a-dieta-de-worms-de-1521>, Acesso - 23/08/2016.

Embora considerado proscrito e passível de prisão, frente aos argumentos de Lutero que eram convincentes, isto não ocorreu. Entretanto, o conflito permaneceu sem solução.

### **b) Confissão de Augsburgo (1530).**

A Confissão de Augsburgo é uma tentativa de resolver o conflito religioso nascido da Reforma Luterana. No dia 21 de janeiro de 1530, o Imperador convoca uma dieta imperial para acontecer no abril seguinte, pois

ele desejava ter uma frente unida nas suas operações militares contra os turcos, e isso parecia exigir um fim na desunião religiosa que tinha sido introduzida como resultado da Reforma. Consequentemente, convidou os príncipes e representantes das cidades livres do Império para discutir as diferenças religiosas na futura dieta, na esperança de superá-las e restaurar a unidade.<sup>15</sup>

<sup>15</sup><http://www.luteranos.com.br/conteudo/a-confissao-de-augsburgo-introducao> – Acesso 23/08/2016.

Houve um esforço para se manter a unidade da Igreja, indicando os ensinamentos que estavam em acordo com a Igreja de Roma. Entretanto, imediatamente, houve por parte de teólogos católicos a *Refutação da Confissão de Augsburgo*:

Como os luteranos não puderam ser persuadidos pelos argumentos da Refutação, iniciou-se um diálogo oficial em fins de agosto de 1530 para reconciliar as diferenças entre a Confissão de Augsburgo e a Refutação à Confissão de Augsburgo. Esse, diálogo, no entanto, não foi capaz de resolver os *problemas eclesiológicos e sacramentais* remanescentes.<sup>16</sup>

<sup>16</sup>*Do conflito à comunhão*, op. cit., n.71.

<sup>17</sup>Cf. *Do conflito à comunhão*, op. cit., n. 71-77.

Houve, no período seguinte à Confissão de Augsburg, novas tentativas de superar o conflito religioso, mas sempre exigindo que os luteranos retornassem às convicções de seus adversários, inclusive, em alguns momentos, através da força, como na Guerra Esmalcaldense (1546-1547)<sup>17</sup> e mais tarde na Guerra dos 30 anos (1618-1648). Todas as negociações falharam.

### a) *Concílio de Trento e a Contra Reforma.*

O Concílio de Trento (1544-1563), com a publicação da bula *Laetare Jerusalem* (19/11/1544),

propunha três temas para o Concílio: sanar a ruptura confessional, reformar a Igreja, e estabelecer a paz a fim de preparar a defesa contra os Otomanos. O Concílio decidiu que a cada sessão haveria um decreto dogmático, proclamando a fé da Igreja, e um decreto disciplinas para ajudar na reforma da Igreja. Na maior parte das vezes, os decretos dogmáticos não apresentavam uma expressão teológica completa da fé, mas antes se concentravam naquelas doutrinas questionadas pelos reformadores, de modo a enfatizarem as divergências.<sup>18</sup>

<sup>18</sup>Idem, n. 78-79.

O Concílio de Trento quis se opor à Reforma Protestante acentuando as divergências nos pontos em discussão e confirmar o ensino católico tradicional. Neste sentido, o Concílio de Trento forjou a identidade católica até o Vaticano II. Finalmente, *ao final da terceira sessão, o Concílio de Trento teve que reconhecer sobriamente que a unidade da Igreja no Ocidente havia sido rompida.*<sup>19</sup>

<sup>19</sup>Idem, n. 89.

## 1. Concílio Vaticano II (1962-1965).

O movimento ecumênico iniciado nos séculos XVIII e XIX e vivenciado com maior vigor a partir de 1910, com a Conferência de Edimburgo, abriu caminhos para o diálogo entre as Igrejas cristãs. A Igreja Católica oferecia uma grande resistência ao diálogo, marcada historicamente de Constantino até o Vaticano II pelos princípios de autoridade e autossuficiência, proporcionando um confronto polêmico no decorrer dos séculos.<sup>20</sup> Porém, com sua entrada no movimento ecumênico se inicia um período de purificação da memória, tomando consciência gradativa de que *o que aconteceu no passado não pode ser mudado, mas o que e como é lembrado, com o passar do tempo, de fato muda.*

<sup>20</sup>E. WOLFF, *Ecumenismo*. Em J. D. PASSOS e W. L. SANCHEZ, *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus-Paulinas, 2015, p. 325.

*Lembrar torna o passado presente. Enquanto o passado em si é inalterável, a presença do passado no presente é alterável.*<sup>21</sup>

O movimento ecumênico tem como objetivo restaurar a unidade da comunhão visível da Igreja, incentivando a quebra dos preconceitos, a busca do diálogo entre os peritos e o serviço ao bem comum. Com o movimento ecumênico, deixou-se para trás a pesada atmosfera do período da pós-reforma. Na década de 60, notamos uma mudança de posicionamento da Igreja Católica em relação ao ecumenismo e o Concílio confirmaria essa mudança, apresentando um novo modo de a Igreja ser, configurada por uma identidade relacional e sem os exclusivismos ou ares de autossuficiência que a caracterizavam até então.<sup>22</sup>

Em 1960, João XXIII cria o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, tendo a sua frente o Cardeal Agostinho Bea (+ 1968) e faz um convite oficial às Igrejas e comunidades eclesiais separadas para participarem do Concílio Vaticano II.<sup>23</sup> Houve uma grande cooperação destas Igrejas na feitura dos documentos conciliares no que se refere ao diálogo ecumênico. Deste modo, o Concílio Vaticano II acordava a Igreja Católica Romana para as questões ecumênicas com a tomada de consciência a respeito de si mesma, da sua natureza, da sua missão e dos desígnios do seu Fundador, mestre e Senhor. Os documentos conciliares vão superando as barreiras do diálogo, reconhecendo a situação do cristianismo no mundo e admitindo, inclusive, a contribuição do testemunho protestante na evangelização. No Brasil, depois do Concílio Vaticano II, percebe-se crescente desenvolvimento da postura ecumênica da CNBB, marcada por três elementos: a preocupação da formação da consciência ecumênica, o desenvolvimento de relações institucionais com as outras confissões cristãs, e a publicação de orientações teológico-pastorais sobre ecumenismo. Compreende-se cada vez mais que o ecumenismo não é uma estratégia, mas é uma forma de espiritualidade. Ele provém do coração, das entranhas do ser humano. Ecumenismo é a aproximação, a cooperação, a busca fraterna da superação das divisões entre as diferentes Igrejas cristãs. O diálogo ecumênico abre-se também para o diálogo inter-religioso, que busca o contato e o relacionamento respeitoso com grupos religiosos não-cristãos.

O Concílio Vaticano II, ao procurar responder às exigências do nosso tempo, apresenta-se como uma busca ecumênica pela unidade dos católicos, dos cristãos, dos fiéis de religiões não cristãs e de todo o gênero humano. O papa João XXIII pediu que se evitassem condenações e anátemas

<sup>21</sup>Do conflito à comunhão, op. cit., n. 16.

<sup>22</sup>E. WOLFF, Ecumenismo op. cit., p. 327.

<sup>23</sup>Estavam presentes observadores de outras Igrejas cristãs: eram 168, dos quais 59 vindos das Igrejas orientais. No decorrer do evento formaram-se alguns grupos *informais*: o *Ecumênico*, o da articulação de teólogos e peritos, e o grupo *Igreja dos Pobres* que escreveu o *Pacto das Catacumbas*.

e que houvesse uma serena apresentação da verdade. Neste sentido, há documentos do Concílio Vaticano II que são fundamentais para o ecumenismo católico: A Constituição Dogmática sobre a Igreja (*Lumen Gentium*), o Decreto sobre o Ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*), a Declaração sobre a Liberdade Religiosa (*Dignitatis Humanae*) e a Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina (*Dei Verbum*).

### ***Unitatis Redintegratio – Sobre o Ecumenismo (21/11/1964).***

O Decreto sobre o Ecumenismo *Unitatis Redintegratio* – revela a mudança de mentalidade da Igreja Católica em relação às outras Igrejas e disponibilidade de participar das iniciativas de diálogo, convivência e cooperação. Notamos, neste Decreto sobre o Ecumenismo, vários temas que estiveram presentes no conflito com os seguidores e seguidoras da Reforma sendo retomados neste novo momento histórico.

#### ***a) Respeito à liberdade:***

Resguardando a unidade nas coisas necessárias, todos na Igreja, segundo o seu múnus dado a cada um, conservem a devida liberdade, tanto nas várias formas de vida espiritual e de disciplina, quanto na diversidade de ritos litúrgicos, e até mesmo na elaboração teológica da verdade revelada. Mas em tudo cultivem a caridade. Agindo assim, manifestarão, sempre mais plenamente, a verdadeira catolicidade e apostolicidade da Igreja (UR, n.4).

Levando em consideração os elementos comuns que todos os cristãos e cristãs tem em comum (Palavra viva de Deus, profissão de fé no Deus Trinitário e na ação redentora de Cristo, Filho de Deus feito homem, sacramento do batismo como laço fundamental entre todos), permite-se *apreciar mais profundamente o mistério da Igreja e, sobretudo, que sua unidade se realize em meio a uma rica diversidade e que essa legítima diversidade seja uma dimensão de sua catolicidade.*<sup>24</sup>

#### ***b) Importância do Patrimônio comum:***

É mister que os católicos reconheçam, com alegria, e estimem os bens verdadeiramente cristãos, oriundos de um patrimônio comum, que se encontram entre os irmãos separados de nós.

<sup>24</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *A dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral.* São Paulo: Paulinas, 1998, n.17.

É justo e salutar reconhecer as riquezas de Cristo e as obras de virtude na vida dos que testemunham em favor de Cristo, às vezes, até à efusão de sangue: Deus é sempre admirável e digno de admiração em Suas obras (UR, n. 4).

**c) Tomada de consciência da necessidade de uma renovação (reforma<sup>25</sup>) contínua (*Ecclesia semper reformanda, purificanda et renovanda est*) e influência da Reforma na compreensão da Igreja:**

Toda renovação da Igreja consiste essencialmente numa fidelidade maior à própria vocação. Esta é, sem dúvida, a razão do movimento para a unidade. A Igreja peregrina é chamada por Cristo a essa reforma perene. Dela necessita perpetuamente como instituição humana e terrena. Tanto assim que se, em vista das circunstâncias das coisas e dos tempos, houve incorreções, quer na moral, quer na disciplina eclesiástica, quer mesmo no modo de enunciar a doutrina – o que deve ser cuidadosamente distinguido do próprio depósito da fé – seja reta e devidamente reformado em tempo oportuno (UR, n. 6).

**d) Hierarquia de verdades:**

O modo e o método de exprimir a fé católica não devem, de forma nenhuma, transformar-se em obstáculo para o diálogo com os irmãos. Por isso, *no diálogo ecumênico os teólogos católicos, sempre fieis à doutrina da Igreja, quanto investigarem, juntamente com os irmãos separados, os divinos mistérios, devem proceder com amor à verdade, com caridade e humildade. Comparando as doutrinas, lembrem-se que existe uma ordem ou hierarquia de verdades na doutrina católica, já que o nexo delas com o fundamento da fé cristã é diverso* (UR, n. 11).

Esta atitude é realçada na busca de uma compreensão mútua na celebração dos 500 anos da Reforma entre luteranos e católicos:

As doutrinas mostram muitas coisas em comum, mas podem diferir, ou mesmo ser opostas, nas suas formulações. Pelas semelhanças, o diálogo é possível; pelas diferenças, é necessário. O diálogo demonstra que os parceiros falam linguagens diferentes e entendem o significado das palavras de maneira diferente; fazem distinções diferentes e refletem em formas diferentes de pensar. Assim mesmo,

<sup>25</sup>Lutero não teve a intenção de fundar uma nova Igreja, mas fazia parte de um amplo e multifacetado desejo de reforma (*Do conflito à comunhão*, n. 59) e ele mesmo teria usado o termo *reforma*ção (cf. *Do conflito à comunhão*, n. 38).

<sup>26</sup>*Do conflito à comunhão*, op. cit., n. 32 e 33.

o que parece ser uma oposição na expressão não é sempre uma oposição na substância.<sup>26</sup>

a) ***Cooperação entre as Igrejas cristãs:***

Essa cooperação, já instaurada em não poucas nações, deve ser aperfeiçoada sempre mais, principalmente nas regiões onde se realiza a evolução social ou técnica. Ela contribuirá assim para avaliar devidamente a dignidade da pessoa humana, promover o bem da paz, prosseguir na aplicação social do Evangelho, incentivar o espírito cristão nas ciências e artes e aplicar todo gênero de remédios aos males de nossa época, tais como: a fome e as calamidades, o analfabetismo e a pobreza, a falta de habitações e a distribuição não justa dos bens (UR, n. 12).

Esta cooperação entre luteranos e católicos, no Brasil, tem sido efetivada no trabalho de reflexão bíblica (grande legado da Reforma), especialmente no meio popular com a participação no CEBI (basta lembrar o grande trabalho do pastor Milton Shwantes) e na Comissão de Pastoral da Terra (CPT).

**3. Todos sob um mesmo Cristo - Posicionamento da Comissão Mista Internacional Católico-Luterana sobre a Confissão de Augsburgo (23/02/1980) nos 450 anos da Confissão de Augsburgo.**

Sob a inspiração do Concílio Vaticano II, a comemoração dos 450 anos da Confissão de Augsburgo se faz dentro de outro espírito: *Este Sacrossanto Sínodo deseja com insistência que as iniciativas dos filhos da Igreja católica se desenvolvam unidas às dos irmãos separados; que não se ponham obstáculos aos caminhos da Providência; e que não se prejudiquem os futuros impulsos do Espírito Santo* (UR, n. 24). O ecumenismo é visto como ação do Espírito Santo. A maneira de olhar para o acontecimento do passado já havia sofrido um novo direcionamento, como notamos no *Posicionamento da Comissão Mista Católico-Luterana sobre a Confissão de Augsburgo*:

Ao olharmos, católicos e luteranos, atualmente para a Confissão de Augsburgo (CA), fazemo-lo numa situação profundamente modificada em comparação à de 1530. Verdade é que, naquela época, a unidade da Igreja ocidental estava gravemente ameaçada, mas ainda não quebrada. Os «partidos religiosos»

daquele tempo, mesmo em meio às disputas e às diversidades de suas convicções, sentiam-se ainda «sob o mesmo Cristo», comprometidos com aquela unidade eclesial. A evolução posterior, porém, trouxe tanto uma polarização polêmica nas relações mútuas, quanto um agravamento das divergências na doutrina, nas práticas de piedade, nas estruturas eclesiais e no modo de cumprir a missão do Senhor crucificado e ressuscitado, e de testemunhar o seu Evangelho perante os homens. Também fatores extra-eclesiais contribuíram para o crescente alheamento e a acentuação das diferenças. Estas tensões e esses antagonismos foram exportados, nos tempos subsequentes e através da atividade missionária de nossas Igrejas, para outros países e continentes.<sup>27</sup>

Após o reconhecimento da culpa pelo fato de que estas diferenças ocasionaram a separação das Igrejas, o Documento indica a mudança ocorrida após o Vaticano II:

Por isso mesmo, experimentamos com gratidão a maneira pela qual o Espírito Santo nos integra mais e mais na unidade do Filho com o Pai (Jo 17,21s), ajudando-nos a chegar a uma nova comunhão entre nós. Sobretudo desde o Concílio Vaticano II, as nossas Igrejas se encontram num diálogo fraterno em muitos países e lugares. Foram alcançadas aproximações notáveis e constatadas concordâncias em importantes questões controversas. A convivência das comunidades e dos membros de nossas Igrejas levou a múltiplas formas de colaboração e de comunhão vivida. Não poucas diferenças entre nós começam a perder seu caráter divisório. Mesmo quando temos que enfrentar-nos uns aos outros, por amor à verdade, muitas das diferenças que permanecem estão sendo reconhecidas e experimentadas, cada vez mais, como fonte de mútuo enriquecimento e correção. Após séculos de crescente alheamento, surge de novo entre nós a consciência de *estarmos sob um mesmo Cristo*.<sup>28</sup>

O Posicionamento da Comissão Mista Internacional Católico-Luterana sobre a Confissão de Augsburg, na comemoração dos seus 450 anos, indica que as afirmações contidas nesta Confissão, em seu conteúdo, podem ser consideradas como expressão da fé comum.<sup>29</sup> Há também uma aceitação de uma comunhão fundamental entre as Igrejas, embora ainda incompleta:

*Também no que diz respeito à compreensão da Igreja,* que no passado causou graves controvérsias entre nós,

<sup>27</sup>Posicionamento da Comissão Mista Internacional Católico-Luterana sobre a Confissão de Augsburg. *Todos sob o mesmo Cristo: Caminhos para a Comunhão*, n. 1-3. <http://www.luteranos.com.br/textos/todos-sob-um-mesmo-cristo> Acesso 18/08/2016.

<sup>28</sup>Idem, n. 5-6.

<sup>29</sup>Cf. *Todos sob o mesmo Cristo*, op. cit., n. 11.

constatamos hoje uma comunhão fundamental, embora ainda incompleta. Igreja é a comunhão daqueles que Deus reúne no Espírito Santo, pela pregação do Evangelho e a administração dos sacramentos, bem como pelo ministério instituído por Ele para este fim. Embora abranja sempre pecadores, em virtude da promessa e da fidelidade de Deus, ela é a Igreja una, santa, católica e apostólica, que permanecerá para sempre (CA 7 e 8).<sup>50</sup>

<sup>50</sup>Idem, n. 16

O caminho do diálogo entre as Igrejas Católica e Luterana, iniciado em 1967, tem trazido pontos de aproximação importantes, sobretudo, ligados à doutrina da justificação pela fé e a relação entre Escritura e Tradição<sup>51</sup>. O Documento Ecumênico *Apostolicity of the Church* (Apostolicidade da Igreja - ApC) esclarece o papel e o significado da Sagrada Escritura e da Tradição, de tal modo que luteranos e católicos podem, juntos, concluir: *Por isso, no que diz respeito à Escritura e Tradição, Luteranos e Católicos encontram-se num acordo tão amplo que suas ênfases diferentes não requerem por si que se mantenha a divisão das Igrejas. Neste ponto, existe unidade em diversidade reconciliada* (ApC, n. 448).<sup>52</sup>

<sup>51</sup>Cf. L. MARTIN, (coord.). *Caminhos para a unidade cristã: Pastoral de Ecumenismo*. São Paulo: Paulinas. 1987, pp. 69-71.

<sup>52</sup>*Do conflito à comunhão*, op. cit., n. 210.

#### **4. Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação (1999).**

O grande avanço no caminho ecumênico entre as Igrejas Católica e Luterana foi alcançado com a *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*. Este acontecimento, longamente preparado, deve ser considerado como um dos grandes momentos da comunhão das Igrejas:

É importante notar que nem todas as posições do diálogo entre luteranos e católicos têm o mesmo peso de consenso, nem foram todas recebidas de forma igual por católicos e luteranos. O mais alto nível de autoridade foi alcançado pela Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, assinada por representantes da Federação Luterana Mundial e da Igreja Católica Romana, em Augsburg, na Alemanha, em 31 de outubro de 1999, e aceita pelo Concílio Metodista Mundial, em 2006.<sup>53</sup>

<sup>53</sup>Idem, n. 97.

Afirma-se na Declaração Conjunta que chegou o momento de se conhecer o resultado geral do diálogo e dar condições para as Igrejas se posicionarem de forma compromissada. Eis o texto:

É isso o que pretende a presente Declaração Conjunta. Ela quer mostrar que, com base no diálogo, as Igrejas luteranas signatárias e a Igreja católica romana estão agora em condições de articular uma compreensão comum de nossa justificação pela graça de Deus na fé em Cristo. Esta Declaração Comum (DC) não contém tudo o que é ensinado sobre justificação em cada uma das Igrejas, mas abarca um consenso em verdades básicas da doutrina da justificação e mostra que os desdobramentos distintos ainda existentes não constituem mais motivo de condenações doutrinárias.<sup>34</sup>

Com o aprofundamento bíblico, teológico, percorrido pelo movimento ecumênico, se conseguiu superar os distanciamentos de séculos:

No século XVI, a interpretação e aplicação contrastantes da mensagem bíblica da justificação constituíram uma das causas principais da divisão da Igreja ocidental, o que também se expressou em condenações doutrinárias. Por isso, para superar a divisão na Igreja, uma compreensão comum da justificação é fundamental e indispensável. Acolhendo resultados da pesquisa bíblica e percepções da história da teologia e dos dogmas, desenvolveu-se no diálogo ecumênico desde o Concílio Vaticano II uma nítida aproximação no que diz respeito à doutrina da justificação, de modo que a presente DC pode formular um consenso em verdades básicas da doutrina da justificação a cuja luz as correspondentes condenações doutrinárias do século XVI não mais se aplicam ao parceiro de hoje.<sup>35</sup>

Pelas razões acima expostas, podemos, hoje, nos alegrar com a comemoração dos 500 anos da Reforma, com o reconhecimento de que o que nos une é mais do que o que nos desune, e que podemos crescer na busca de maior compreensão, cooperação e respeito mútuo entre as Igrejas Católica e Luterana. Temos certeza de que este caminho é inspirado e suscitado pelo Espírito Santo.

## **5. Do Conflito à Comunhão: Comemoração conjunta Católico-Luterana da Reforma em 2017.**

A recepção da Reforma pela Igreja Católica tem tido, nos últimos anos, muitos aspectos esperançosos na busca da unidade. No diálogo ecumênico, estamos aprendendo a buscar o que temos em comum e, a partir daí, avaliar as

<sup>34</sup>*Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*. Católica Romana e Federação Luterana Mundial, Augsburg, 31 de outubro de 1999. São Paulo: Paulinas. 1999, n. 5

<sup>36</sup>*Do conflito à comunhão*, op. cit., n. 32.

<sup>37</sup>Idem, n. 123.

<sup>38</sup>Cf. *A Dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral*, n. 7. In: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/chrstuni/documents/rc\\_pc\\_chrstuni\\_doc\\_20041121\\_kasper-ecumenismo\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_20041121_kasper-ecumenismo_po.html) - Acesso 25/08/2016.

<sup>39</sup>*Do conflito à comunhão*, op. cit., n. 4.

<sup>40</sup>FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. Exortação apostólica sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. São Paulo: Loyola / Paulus, 2013, n. 244.

diferenças. Como já foi dito, *pelas semelhanças o diálogo é possível; pelas diferenças, é necessário*.<sup>36</sup> Podemos, pois, chegar a *um consenso que não elimina as diferenças, mas, antes, explicitamente as inclui*.<sup>37</sup> Um consenso diferenciado, respeitando-se a história de cada tradição. A recepção da Reforma pela Igreja Católica continua seu caminho. Na comemoração dos 500 anos da Reforma, teremos novos desafios e novas oportunidades, assim como alguns imperativos ecumênicos a serem observados sempre em vista de uma maior unidade na diversidade. Ou seja, a legítima diversidade sendo uma dimensão da catolicidade da própria Igreja de Jesus Cristo.<sup>38</sup>

### 5.1. Desafios e oportunidades na comemoração dos 500 anos da Reforma.

Vamos vivenciar a comemoração dos 500 anos da Reforma num contexto que nos apresenta três principais desafios e que podem ser também oportunidades:

- 1) É a primeira comemoração que tem lugar na era ecumênica. Por isso, a comemoração comum é uma ocasião para aprofundar a comunhão entre católicos e luteranos;
- 2) É a primeira comemoração na era da globalização. Por isso, a comemoração comum deve incorporar experiências e perspectivas de cristãos do Sul e do Norte, do Leste e do Oeste;
- 3) É a primeira comemoração que deve ocupar-se com a necessidade de uma nova evangelização, num tempo marcado pela proliferação de novos movimentos religiosos e o crescimento da secularização em muitos lugares. Por isso, a comemoração comum representa a oportunidade e a obrigação de ser um testemunho comum de fé.<sup>39</sup>

O papa Francisco nos recorda que o compromisso ecumênico se refere à oração do próprio Jesus:

*Que todos sejam um* (Jo 17,21). Afirma que a credibilidade do anúncio cristão seria muito maior se os cristãos superassem as suas divisões e a Igreja realizasse a plenitude da catolicidade que lhe é própria naqueles filhos que, embora incorporados pelo Batismo, estão separados da sua plena comunhão (UR, n. 4).<sup>40</sup>

Relembra que o ecumenismo é uma contribuição para a unidade da família humana e indica o desafio que temos que enfrentar para o anúncio do Evangelho:

dada a gravidade do contratemunho da divisão dos cristãos, sobretudo na Ásia e na África, torna-se urgente a busca de caminhos de unidade. Os missionários, nesses continentes, referem repetidamente as críticas, queixas e sarcasmos que recebem por causa do escândalo dos cristãos divididos. Se nos concentrarmos nas convicções que nos unem e recordarmos o princípio da hierarquia das verdades, poderemos caminhar decididamente para formas de comuns de anúncio, de serviço e de testemunho.<sup>41</sup>

<sup>41</sup>Idem, n. 246.

Como contribuição do movimento ecumênico à família humana, Francisco aponta para a importância do patrimônio espiritual comum das Igrejas cristãs: *A grande riqueza da espiritualidade cristã, proveniente de vinte séculos de experiências pessoais e comunitárias, constitui uma magnífica contribuição para o esforço de renovar a humanidade.*<sup>42</sup> Neste aspecto, podemos observar que a encíclica *Laudato Si'*, de 18 de junho de 2015, marca o ingresso da Igreja Católica na discussão ambiental, sendo presidida pelo *Programa Justiça, Paz e Integridade da Criação* do Conselho Mundial de Igrejas desde a década de 1980. Se assumida plenamente pelo movimento ecumênico a luta pela defesa da natureza será uma grande colaboração para toda a humanidade:

<sup>42</sup>FRANCISCO. *Laudato Si'* – Louvado sejas: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus – Loyola, 2015, n. 216.

Na verdade, a pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais, quanto mais se relaciona, sai de si mesma para viver em comunhão com Deus, com os outros e com todas as criaturas. Assim assume na própria existência aquele dinamismo trinitário que Deus imprimiu nela desde a sua criação. Tudo está interligado, e isso convida-nos a maturar uma espiritualidade da solidariedade global que brota do mistério da Trindade.<sup>43</sup>

<sup>43</sup>Idem, n. 240.

## 5.2. *Cinco imperativos ecumênicos.*

A comemoração dos 500 anos da Reforma exige de todos os cristãos e cristãs a superação das lutas do século XVI e aponta para o futuro na perspectiva de projetar um *outro mundo possível e urgente* dando motivos de nossa esperança (cf. 1Pd 3,15). Indicamos os cinco imperativos<sup>44</sup> que podem servir de horizonte para o movimento ecumênico na busca da unidade entre as Igrejas Luterana e Católica e também para a comunhão de todos os cristãos e cristãs do mundo inteiro.

<sup>44</sup>Seguimos a indicação dos imperativos em *Do conflito à comunhão*, op. cit., n. 240-245.

Primeiro Imperativo: Mesmo que as diferenças sejam mais facilmente visíveis e experienciadas, a fim de reforçar o que existe de comum, católicos e luteranos devem sempre partir da perspectiva da unidade e não da perspectiva da divisão.

Segundo Imperativo: Luteranos e católicos precisam deixar-se transformar continuamente pelo encontro com o outro e pelo testemunho mútuo da fé.

Terceiro Imperativo: Católicos e luteranos devem comprometer-se outra vez na busca da unidade visível, para compreenderem juntos o que isso significa em termos concretos, e buscar sempre de novo esse objetivo.

Quarto Imperativo: Luteranos e católicos busquem juntos redescobrir a força do Evangelho de Jesus Cristo para o nosso tempo.

Quinto Imperativo: Católicos e luteranos em sua pregação e serviço ao mundo devem testemunhar juntos a graça de Deus.

### Concluindo...

O ecumenismo não é estratégia, é espiritualidade, impulsionada pelo Espírito Santo (Ruah) para realizar na história o sonho, o desejo de Jesus: *Que todos sejam um* (Jo 17,21):

Visto que hoje em muitas partes do mundo, mediante o sopro da graça do Espírito Santo, pela oração, pela palavra e pela ação, se empreendem muitas tentativas daquela plenitude de unidade que Jesus Cristo quis, este Santo Sínodo exorta os fiéis católicos a que, reconhecendo os sinais dos tempos, solicitamente participem no trabalho ecumênico (UR, n. 4).

Este Decreto sobre o Ecumenismo mostra a importância da espiritualidade que na perspectiva da mudança de mentalidade consiste na:

conversão do coração e santidade de vida, juntamente com as preces particulares e públicas pela unidade dos Cristãos, devem ser tidas como a alma de todo o movimento ecumênico e, com razão, podem ser chamadas de ecumenismo espiritual (UR, n. 8).

O movimento ecumênico é um processo de purificação da memória para se superar as divisões ocorridas na história do Cristianismo e, desta forma, colaborar com toda a humanidade na construção de *um outro mundo possível e urgente*, cuidando da Casa Comum de toda a *Oecumene*,

como apregoam o Programa do Conselho Mundial de Igrejas – *Justiça, Paz e Integridade da Criação* – e a *Encíclica Laudato Si'* – *Louvado Sejas – Sobre o Cuidado da Casa Comum* – do papa Francisco.

A recepção da Reforma por parte da Igreja Católica continua seu caminho na perspectiva de uma Igreja em contínua mudança (*Ecclesia semper reformanda, purificanda et renovanda est*), para que, estando atenta aos sinais dos tempos (cf. *Gaudium et Spes*, n. 3), poder contribuir para que todos e todas tenham vida em abundância (cf. Jo 10,10).

